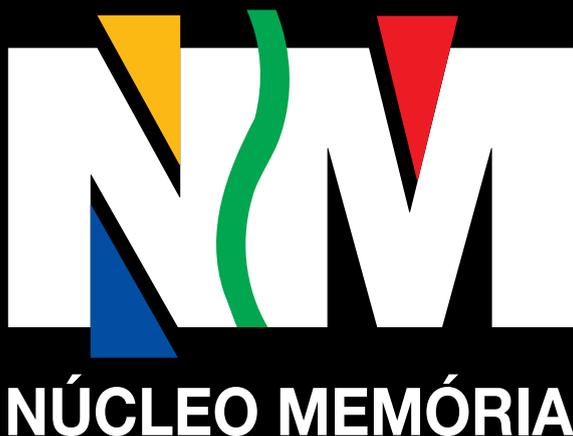


Uma trajetória
na busca por
verdade, memória e justiça



Memória institucional do Núcleo de Preservação
da Memória Política (2009-2017)



CONHECER O PASSADO.
ENTENDER O PRESENTE.
CONSTRUIR O FUTURO.

**Uma trajetória
na busca por
verdade, memória e justiça**

**Memória institucional do Núcleo de Preservação
da Memória Política (2009-2017)**

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA

Uma trajetória na busca por verdade, memória e justiça:

memória institucional do Núcleo de Preservação da

Memória Política (2009-2017)

1ª Edição

São Paulo

Núcleo Memória/ 2017

Copyright c 2017, by Núcleo Memória

Produção editorial: Núcleo de Preservação da Memória Política

Coordenação: *Maurice Politi*, Organização: *Oswaldo de Oliveira Santos Junior, Paula Ribeiro Salles*, Pesquisa: *Paula Ribeiro Salles, Bruno Felipe Ferreira Inocencio*, Elaboração de textos: *Bruno Inocencio, Gabriela Beraldo, Paula Salles, Maurice Politi e Oswaldo de Oliveira Santos Junior*, Revisão e Diagramação: *Gabriela Beraldo*.

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Distribuição Gratuita – Venda Proibida

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa do Núcleo de Preservação da Memória Política.

*CONHECER O PASSADO
ENTENDER O PRESENTE
CONSTRUIR O FUTURO*

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO (português, inglês e espanhol).....	XX
2.	MISSÃO /VISÃO/OBJETIVOS.....	XX
3.	COMO SURTIU O NÚCLEO MEMÓRIA.....	XX
4.	PROJETOS	
4.1	MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	XX
4.2	LUGARES DE MEMÓRIA EM SÃO PAULO/ SP	
	Deops-SP MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO / SÁBADOS RESISTENTES.....	XX
	Auditorias Militares da 2ªCJM MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA.....	XX
	DOI-Codi - 36ª Delegacia Policial A LUTA CONTINUA!.....	XX
	Mapa - Lugares da Memória em São Paulo – SP.....	XX
	Um roteiro de lugares de memória da ditadura para São Paulo?.....	XX
4.3	PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEMÓRIA POLÍTICA	
	Palestras, Visitas Guiadas e Rodas de Conversa.....	X
	Seminários, Conferências, Audiências Públicas.....	XX
	Curso: Ditadura: História e Memória.....	XX
	Ciclos de Cinema.....	XX
	Produção Cultural e Pesquisa em Direitos Humanos.....	XX
	Campanhas em Direitos Humanos.....	XX

5. REDES DE LUGARES DE MEMÓRIA – DO BRASIL PARA O MUNDO

5.1 COALISÃO INTERNACIONAL DE SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA

(ICHS).....XX

5.2 REDE LATINO AMERICANA E CARIBENHA DE LUGARES DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA (RESLAC).....XX

Mapa da RESLAC.....XX

Membros da RESLAC.....XX

5.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE BRASILEIRA DE LUGARES DE MEMÓRIA.....XX

**ANEXO I - Cronologia – Marcos das lutas por memória, verdade e
justiça em São Paulo/SP.....XX**

ANEXO II Lista de produções do Núcleo Memória.....XX

REFERÊNCIAS.....XX

1. APRESENTAÇÃO

Uma trajetória na busca por verdade, memória e justiça: memória institucional do Núcleo de Preservação da Memória Política

Ao realizar este trabalho de pesquisa e organização dos primeiros nove anos da memória institucional do Núcleo de Preservação da Memória Política, ou simplesmente Núcleo Memória, queremos contar um pouco de nossa história como entidade preocupada com a defesa dos Direitos Humanos e o resgate da memória política, contribuindo para o fortalecimento das lutas em prol da verdade, memória e justiça.

O Núcleo Memória, que foi fundado em 2009, se soma nas fileiras das organizações brasileiras e internacionais que ao longo de décadas têm resistido aos processos que procuram silenciar as vítimas de graves violações de direitos humanos tentando assim produzir o esquecimento. Deste modo, entendemos que é fundamental articular propostas e ações de enfrentamento ao esquecimento para que não ocorra a repetição.

O relato que temos aqui é o resultado de um processo gradual e contínuo, desde a nossa fundação, de ações culturais e educacionais, de pesquisa e diálogo com muitas pessoas e entidades, que nos levou ao trabalho necessário de contar com um documento que se constituísse como primeira memória institucional de nossa organização. Importante ressaltar que há nove anos estamos contribuindo para o conhecimento da história, a compreensão do presente e a construção do futuro, em parceria com outras muitas instituições e organizações no Brasil, América Latina, América do Norte e Europa.

Queremos aqui agradecer às instituições com as quais temos mantido parceria e um intenso diálogo, tais como: Memorial da Resistência de São Paulo (Brasil), Memoria Abierta (Argentina), Parque de la Memoria (Argentina), Museo de la Memoria (Uruguai), Corporación por la Paz Villa Grimaldi (Chile), Museo de la Memoria y Derechos Humanos (Chile), OAK Foundation (Inglaterra), The International Coalition of Sites of Conscience (EUA), Rede Latino-Americana e Caribenha de Sítios de Memória (RESLAC), Rede Latino-

Americana de Justiça de Transição (RLAJT) e o Núcleo de Formação Cidadã da Universidade Metodista de São Paulo.

É importante ainda agradecer aos amigos e amigas que tornaram este trabalho de memória institucional possível: Caroline Grassi Menezes pela leitura crítica, Júlia Gumieri, Kátia Filipini Neves e Marília Bonas, do Memorial da Resistência, pelas fotos e dados compartilhados, José Luiz Olmos e toda equipe dos estúdios da Universidade Metodista de São Paulo pelo empenho e excelente trabalho na realização de entrevistas, à Ana Paula Britto, diretora do Núcleo Memória que mesmo distante tem contribuído com as reflexões aqui expostas, à Gabriela Beraldo, ao Bruno Inocêncio e à Paula Salles pela imensa dedicação na elaboração deste livro.

Maurice Politi e Oswaldo de Oliveira Santos Junior
Diretores/ Dezembro 2017

PRESENTATION

A trajectory in the search for truth, memory and justice: institutional memory of the Núcleo de Preservação da Memória Política

In carrying out this research and the organization of the first nine years of the institutional memory of the Núcleo de Preservação da Memória Política, known in short as Núcleo Memória, we want to relate the main aspects of our history as an organization having the defense of Human Rights and the strengthening of struggles for truth, memory and justice as its main objectives.

Núcleo Memória, founded in 2009, joins the ranks of Brazilian and international organizations that for decades have resisted the processes that seek to silence victims of serious human rights violations trying to provoke omissions in the country historical interpretation. By our acting and objectives, we understand that it is fundamental to articulate proposals and actions to face forgetfulness so that repetition does not occur.

This booklet is the result of a gradual process of cultural and educational activities we have been carrying out since our foundation and is also the result of research and dialogue with many other institutions and people. Such process conducted us to the necessary task of producing what is the first document of an institutional memory of the Núcleo de Preservação da Memória Política. It is important to point out that, already for nine years, we have contributed to the knowledge of history, the understanding of the present and the construction of the future, in partnership with many other institutions and organization in Brazil, Latin America, North America and Europe.

We wish to thank the institutions with which we have maintained partnership an intense dialogue during all these years, such as: Memorial da Resistência de São Paulo (Brazil), Memoria Abierta (Argentina), Parque de la Memoria (Argentina), Museo de la Memoria (Uruguay), Corporación por la Paz Villa Grimaldi (Chile), Museo

de la Memoria y Derechos Humanos (Chile), OAK Foudation (England), The International Coalition of Sites of Conscience, Latin American and Caribbean Network of Memory Sites (RESLAC), Latin American Transitional Justice Network (RLAJT) and the Citizen Training Center of the Methodist University of São Paulo.

It is also important to thank the friends who have made this work of institutional memory possible: Caroline Grassi Menezes for her critical lecture; Júlia Gumieri, Kátia Filipini Neves and Marília Bonas, fromof the Memorial da Resistência de São Paulo, for the photos and shared data; José Luiz Olmos and all the staff of the studios of the Methodist University of São Paulo for their commitment and excellent work in conducting interviews; Ana Paula Britto, director of Núcleo Memoria that, although distant physically, has shared with the reflections here exposed. Gabriela Beraldo, Bruno Inocencio and Paula Salles for their immense dedication to this booklet

*Maurice Politi and Oswaldo de Oliveira Santos Junior
Directors /December 2017*

PRESENTACIÓN

Una trayectoria en la búsqueda por verdad, memoria y justicia:
memoria institucional del Núcleo de Preservação da Memoria Política

Al realizar este trabajo de investigación y organización de los primeros nueve años de la memoria institucional del Núcleo de Preservação da Memória Política, mas conocido como Núcleo Memoria, queremos contar parte de nuestra história encunto entidad preocupada por la defensa de los Derechos Humanos y rescate de la memoria politica, contribuyendo al fortalecimiento de las luchas em favor de la verdad, memoria y justicia.

Núcleo Memória que fue fundada em el año 2009 , se suma a las organizaciones brasileñas y internacionales que , a lo largo de décadas, han resistido los procesos que buscan silenciar a las víctimas de graves violaciones de derechos humanos y así producir el olvido. De este modo, entendemos que es fundamental articular propuestas y acciones de enfrentamiento al olvido para que no ocurra la repetición.

El relato que tenemos aquí es el resultado de un proceso gradual y continuo, desde nuestra creación , de acciones culturales y educativas , de investigación y diálogo con muchas personas y organizaciones. Este processo nos condució al trabajo necesario de contar con un documento que reflejara nuestro actuar y se constituyera en la primera memoria institucional del Nucleo de Preservação da Memoria Política. Es importante resaltar que desde hace nueve años está contribuyendo al conocimiento de la historia, la comprensión del presente y la construcción del futuro, en asociación con otras muchas instituciones y organización en Brasil, América Latina, América del Norte y Europa.

Queremos agradecer a las instituciones con las cuales mantenemos una asociación muy cercana, tales como el Memorial da Resistencia de São Paulo (Brasil), Memoria Abierta (Argentina), Parque de la Memoria (Argentina), Museo de la Memoria (Uruguay), Corporación por la Paz Villa Grimaldi (Chile), Museo de la Memoria y Derechos Humanos (Chile), OAK Foundation (Inglaterra), The International Coalition of

Historical Sites (USA), la Red Latinoamericana de Justicia de Transición (RLAJT) y el Núcleo de Formación Ciudadana de la Universidad Metodista de São Paulo.

Es importante aún agradecer a los amigos y amigas que han hecho este trabajo de memoria institucional posible: Caroline Grassi Menezes por la lectura crítica del texto. Júlia Gumieri, Kátia Filipini Neves y Marília Bonas del Memorial da Resistencia de Sao Paulo por las fotos y datos compartidos, José Luiz Olmos y todo el equipo de los estudios de la Universidad Metodista de São Paulo por el empeño y excelente trabajo en la realización de entrevistas, Ana Paula Britto, directora del Núcleo Memoria que, mismo distante físicamente, ha contribuído con las reflexiones aquí expuestas, Gabriela Beraldo, Bruno Inocencio ya Paula Salles por la imensa dedicación en la elaboracion de este libro.

Maurice Politi y Oswaldo de Oliveira Santos Junior
Directores/ Diciembre de 2017

2. MISSÃO/VISÃO /OBJETIVOS

MISSÃO - O Núcleo de Preservação da Memória Política tem como missão trabalhar com a memória das lutas políticas, sociais e culturais, essencialmente em relação aos danos cometidos contra pessoas e instituições. Sua tarefa fundamental consiste na análise dos fatos históricos ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e suas consequências, com o objetivo de fortalecer a cultura democrática, promover a Educação em Direitos Humanos e a preservação dos Lugares de Memória.

VISÃO - Consolidar-se como um espaço articulador de experiências no campo dos Direitos Humanos, Memória, Verdade e Justiça, fomentando uma rede de Lugares de Memória no Brasil.

OBJETIVOS

1. Promover ações de preservação da memória das graves violações de Direitos Humanos ocorridas;
2. Promover o debate em torno da recuperação de Lugares de Memória;
3. Fomentar a articulação de uma rede de Lugares de Memória no Brasil, bem como participar de redes internacionais;
4. Realizar eventos educativos, culturais e sociais sobre temas relacionados à resistência e à memória;
5. Realizar palestras, cursos e rodas de conversa em espaços sociais e educativos;
6. Promover a ética, a paz, a cidadania, os Direitos Humanos e a democracia como valores fundamentais e universais;
7. Em conjunto com outras entidades, exigir dos poderes públicos, em particular o Estado Brasileiro, a preservação, investigação e divulgação dos arquivos existentes e a valorização dos Lugares de Memória;
8. Promover os valores democráticos e dos Direitos Humanos na educação;
9. Apoiar as ações de proteção e promoção dos Direitos Humanos.

3. COMO SURTIU O NÚCLEO MEMÓRIA

Entre os anos de 2007 e 2008, aqueles que vieram a ser fundadores do Núcleo, dentre os quais **Ivan Seixas, Maurice Politi e Raphael Martinelli**, atuavam como diretores do **Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo**, entidade criada em 2001 para auxiliar os militantes no pedido de reparação econômica junto ao governo estadual. Esta gestão ampliou os debates dentro da organização, promovendo a atuação no campo da memória política em diálogo com diversos setores da sociedade em todo o país (entidades similares e governos), especialmente com o Governo do Estado de São Paulo, na implantação do que viria a ser o **Memorial da Resistência de São Paulo** (MRSP).

Destes tempos iniciais, destaca-se a promoção, em dezembro de 2007, do 1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, também chamado de 1º Congresso da Resistência Brasileira. Foi uma iniciativa de grandes proporções, recebeu cerca de 700 participantes e entidades de 14 estados. O evento foi realizado pelo Fórum em parceria com o **Grupo Tortura Nunca Mais SP, Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos** e o **Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (CONDEPE)**. Contou ainda com o apoio decisivo do Governo Do Estado, Governo Federal (3 ministérios) e de vereadores. (JORNAL DO FÓRUM, 1º trimestre de 2008)

A tônica geral do encontro foi de construir/unir nacionalmente a luta por verdade e justiça, no sentido de consolidar a democracia, usando a memória/história como ferramenta principal. "... [O congresso] acontece numa hora em que a sociedade brasileira precisa avançar de forma madura e responsável, mas é sabido que não se avança sem resolver os conflitos do passado." (JORNAL DO FÓRUM, 1º trimestre de 2008)



OPERAÇÃO CONDOR

Agente diz que ditadura brasileira mandou matar Jango



Governo brasileiro reluta em abrir investigação. Ministro Tarso Genro diz que não há provas. Só a abertura dos arquivos provará o que todo mundo sempre soube.

BRASIL

Ditadura brasileira torturou e assassinou dois italianos

Fórum apoia Justiça italiana, que quer julgar assassinos de italianos no Cone Sul.



Antonio Benetazzo, foi preso em 28 de outubro de 1972, levado ao DOI-COIS/SP, onde permaneceu até ser morto. Foi enterrado como indigente, no cemitério da Perus, no dia 31, dois dias antes da divulgação da sua morte.

pag. 8

FÓRUM 16

JORNAL DO FÓRUM DE EX-PRESOS E EX-PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

1º TRIMESTRE 2008

EDITORIAL

1º Congresso

O Primeiro Congresso dos Perseguidos pela ditadura militar foi realizado. Foi um grande sucesso. Mais de setecentas pessoas passaram pelo Auditório do antigo Colégio Caetano de Campos, a maioria era composta por antigos militantes revolucionários.

Participaram do Congresso entidades de defesa da Anistia e dos atingidos (civis e militares) pela ditadura militar, vindas de 14 estados do país todo.

O motivo para o sucesso do evento foi a visão política ampla e apartidária que norteou a organização e as atividades do Congresso.

Para garantir a coerência do evento, a organização definiu claramente a visão ideológica que orientaria as falas e debates nos dois dias de atividades. O Congresso era de militantes contra a ditadura (presos ou não), de esquerda, defensores da soberania nacional, de resgate dos movimentos populares legítimos e de consolidação da Democracia como princípio maior de nossa luta.

Realizado pelo Fórum dos ex-Presos de São Paulo, em parceria com o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (CONDEPE), o Congresso teve o apoio decisivo do governo do Estado de São Paulo (5 secretarias envolvidas) e do governo federal (3 ministérios) e de vereadores de 3 municípios de cidades importantes.

Em nenhum momento se viu as cores partidárias desses apoios (que são de partidos políticos diferentes) ou dos participantes nas várias mesas de debates.

O Brasil é muito maior do que essas questões. A resistência à ditadura foi feita por democratas e revolucionários hoje abrigados em partidos e governos respeitáveis. Só não aceitamos os comprometidos com o golpe de Estado democrático ou com as torturas e violência da ditadura militar.

A defesa da Democracia foi a tônica de todas as intervenções. O resgate da Verdade e da Justiça foi defendido como condição básica para a consolidação do processo democrático e a abertura dos arquivos como o começo de uma caminhada para se fazer Justiça e conhecer a Verdade de nossa História.

O Presidente do Congresso, Raphael Martinelli, defendeu a decisão da Justiça italiana de julgar torturadores responsáveis pela chamada "Operação Condor", inclusive 13 militares brasileiros de alta patente, posição defendida pelo Fórum.

Agora realizaremos Congressos em todos os estados brasileiros com entidades representativas e organizaremos de baixo para cima, o Congresso Nacional dos atingidos pela ditadura militar.

Ousar lutar, ousar vencer!



Congresso da Resistência Brasileira

Em defesa da Democracia! Pelo resgate de nossa História!



Também neste período, investiu-se fortemente na transformação do então **Memorial da Liberdade**, que ocupava parte do que foi o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), em Memorial da Resistência de São Paulo. Devido à intensa participação do Fórum nas articulações políticas junto ao Governo do Estado de São Paulo e em todo o processo de remodelação do Memorial da Liberdade, construiu-se uma forte parceria entre o Memorial e os ex-presos políticos. É neste entrelaçamento de forças que nasceu a ideia dos Sábados Resistentes – carro chefe de uma série de outros projetos empreendidos pelo Núcleo Memória em sua consolidada trajetória desde 2009.

A origem do Núcleo de Preservação da Memória Política é intimamente ligada ao Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos e ao Memorial da Resistência de São Paulo. Do primeiro, herdou o caráter coletivo dos ex-presos políticos que compartilham suas militâncias, dores, memórias e lutas. O; o outro expressa a conquista de um espaço público para o diálogo com a juventude e a possibilidade de compartilhar as memórias da resistência à ditadura civil-militar.

A partir de fevereiro de 2009, o Núcleo de Preservação Memória Política atuou como Comissão de Trabalho do Fórum. E em 25 de junho de 2009 é convertido em organização independente. Os membros fundadores, em sua maioria, eram ex-militantes de organizações e partidos que lutaram contra a ditadura civil-militar que se uniram com outros defensores dos Direitos Humanos na perspectiva de promover atividades de educação, cultura e memória política sob o ponto de vista dos protagonistas da resistência.

Conforme a Ata de Fundação, são membros fundadores: **Alípio Raimundo Vianna Freire** - jornalista, Partido Comunista do Brasil (PC do B) e ALA Vermelha; **Ary Almeida Normanha** - desenhador gráfico e editor, Ação Libertadora Nacional (ALN); **Cloves de Castro** - operário, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ALN; **Elza Ferreira Lobo** - educadora, Ação Popular (AP); **Francisco Ferreira de Oliveira** - operário, PCB e ALN; **Ivan Akselrud de Seixas** - jornalista, Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); **Manoel Cyrillo de Oliveira Netto** - publicitário, ALN; **Maurice Politi** - administrador, movimento estudantil

e ALN; **Raphael Martinelli** - ferroviário, ALN; **Rita Maria de Miranda Sipahi** - advogada, movimento estudantil e AP; **Rui Gerbi Veiga** - jornalista, PCB e ALN; todos anteriores ex-presos políticos e ainda **Tatiana Merlino Dias de Almeida** - jornalista e **Vanessa Gonçalves da Silva** - historiadora, jovens militantes.

As ações do Núcleo Memória se voltam para a denúncia das ações do governo de exceção, a ditadura civil- militar, que cometeu violências de todos os tipos, suas consequências e continuidades no presente e, para propagar a memória e a /história das lutas dos militantes políticos. Para o grupo que fundou o NM e os seus atuais membros é urgente lembrar, contar, debater, atuando junto as novas gerações e propagando o *Nunca Mais*.

4. PROJETOS

4.1 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Em 2017, o Núcleo Memória iniciou o seu projeto de memória institucional como resultado de um processo de busca por amadurecimento. Com a **implantação da rede interna de computadores** surgiu a necessidade de centralização das informações e a organização dos arquivos digitais. A isto juntou-se o momento de **planejamento estratégico** e este olhar para o passado ajudaria entender as particularidades, as conquistas e desafios que caracterizam a entidade.

Com este quadro definiu-se três linhas de atuação:

- 1- **Entrevistas temáticas** com membros fundadores, conselheiros e diretores;
- 2- **Enquete com membros fundadores**, conselheiros e diretores;
- 3- **Organização dos arquivos digitais e físicos** incluindo a biblioteca e videoteca;
- 4- **Cronologia** – Marcos das lutas por Memória, Verdade e Justiça em São Paulo/SP;

A primeira etapa de trabalho ainda em andamento, com envolvimento de dois profissionais e um estagiário de história, tem como meta a realização de 03 entrevistas com membros fundadores, a organização dos arquivos digitais e físicos da área de pesquisa e dos Sábados Resistentes. Ainda como resultado desta etapa está a organização e impressão deste livro; trabalho que compreendeu a pesquisa, organização dos dados e produção de textos sobre as origens e principais linhas de atuação do Núcleo Memória. Seguem fotos, biografias e documentos históricos, resultados deste trabalho.



Biblioteca, videoteca, materiais Institucionais e materiais para distribuição. 2017. Foto: Núcleo/Gabriela Beraldo.



Entrevista Raphael Martinelli para o Projeto de Memória Institucional. São Bernardo do Campo, 2017. Foto: Núcleo / Gabriela Beraldo.



Ivan Akselrud de Seixas nasceu em Porto Alegre, no dia 04 de setembro de 1954. Filho de Joaquim Alencar de Seixas, mecânico, e de Fanny Akselrud de Seixas, professora primária, desde a infância o ambiente familiar estava imerso nas lutas operárias e debates políticos. Mudou-se com a família para São Paulo aos 15 anos de idade e passou a atuar realizando atividades de panfletagem e levantamento de informações e

em pouco tempo já atuava nas ações de luta armada do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) contra a ditadura. Foi preso junto com seu pai no dia 16 de abril de 1971 pela Operação Bandeirantes (Oban)/DOI-Codi em São Paulo onde foram torturados juntos e, no dia seguinte, Ivan ouviu o pai ser morto durante a sessão tortura.

Após sua saída da prisão, em 1976, passou a atuar na luta pela redemocratização. Integrou-se ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e após a promulgação da Lei de Anistia em 1979, participou da campanha para a revogação da Lei de Segurança Nacional. Nos anos 1980, ainda junto ao CBA, participou das lutas pelas eleições diretas, reformulação partidária e pela constituinte. Em 1990, participou da denúncia sobre a vala clandestina no Cemitério de Perus, e passou a colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI de Investigação das Ossadas, instalada na Câmara Municipal. Nesse momento, também participava ativamente da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo.

Entre 2007 e 2008, passou a atuar no Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. Em 2009, foi um dos membros fundadores do Núcleo de Preservação da Memória Política e vice-presidente até 2010. E em 2014 recebeu Prêmio Nacional de Direitos Humanos – Menção

Honrosa. Atualmente é jornalista, mestrando em História, presidente do Conselho de Administração do Núcleo Memória e ativo defensor dos Direitos Humanos.



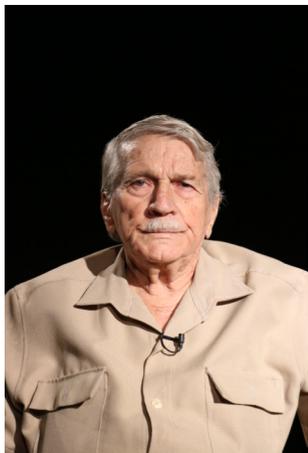
Maurice Politi nasceu em 24 de janeiro de 1949, em Alexandria, Egito. Em 1958, durante a Guerra de Suez, sua família imigrou para o Brasil. Na cidade de São Paulo, participou do cursinho “Pré-USP”, onde iniciou sua militância política. Em 1968, ingressou na Escola de Comunicações Culturais da USP e passou a atuar na construção do Diretório Acadêmico desta faculdade.

Entre 1968 e 1970 atuou no setor de apoio

logístico da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi preso pela Operação Bandeirantes (OBAN) no dia 20/03/ 1970 e condenado a quatro anos de prisão. Após o cumprimento da pena, a Auditoria da Justiça Militar concedeu-lhe o alvará de “liberdade vigiada” em 19/03/1974. No ano seguinte foi considerado “apátrida” e expulso do Brasil, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Exilado em Israel até o ano de 1980, retornou ao Brasil após a promulgação da Lei de Anistia.

Em 1981 foi contratado por uma multinacional suíça especializada em comércio exterior onde trabalhou por mais de 25 anos, dirigindo filiais em quatro países: Peru, México, Quênia e Argentina. Em 2004 voltou para o Brasil como presidente da filial brasileira e se aposentou em 2007. No mesmo ano, como membro do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, trabalhou na organização do I Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. Fundou em 2009, juntamente com outros ex-presos políticos, o Núcleo de Preservação da Memória Política

(NM). Entre 2009 e 2011 trabalhou na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como assessor do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, tendo sido responsável pelas atividades do setor de Direito à Memória e Verdade (DMV). Depois volta ao Núcleo Memória onde permanece até os dias atuais como diretor administrativo.



Raphael Martinelli nasceu no dia 16 de outubro de 1924, no bairro da Lapa em São Paulo. Começou a trabalhar aos 12 anos de idade. Em 1941 ingressou na companhia São Paulo Railway como aprendiz escriturário de “quinta categoria”, onde profissionalizou-se como ferroviário. No início da década de 1950, tornou-se líder sindical da categoria. Foi candidato a deputado federal em 1958 pelo Partido dos

Trabalhadores do Brasil (PTB). Entre os anos de 1959 e 1961, cumpriu seu primeiro mandato como presidente da Federação Nacional dos Ferroviários. No contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), após sua saída do Partido Comunista Brasileiro (PCB), participou da fundação da Ação Libertadora Nacional (ALN) em 1967. Por conta de sua militância, já havia sido preso em 1955 como líder sindical dos ferroviários. Foi perseguido e preso novamente no ano de 1970, pela Operação Bandeirante (Oban) em São Paulo. Condenado a oito anos de prisão, entrou com recurso e conseguiu ter a pena reduzida para quatro anos. Nesse período, destacou-se como um dos militantes mais velhos, com quase 50 anos de idade, prestando auxílio aos mais jovens.

Na década de 1980 formou-se bacharel em Direito e participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos

Trabalhadores (PT). No ano de 2001 foi um dos fundadores do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, entidade em que atuou como presidente. Em 2009 participou da criação do Núcleo de Preservação da Memória Política. Atualmente é advogado do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, Conselheiro de Administração do Núcleo Memória e Diretor do Núcleo dos Irredentos, colaborando nas lutas por Memória, Verdade e Justiça.

Sábados Resistentes

A luta clandestina contra a ditadura (21/06/2008)

Nome	Telefone	email
MAURICE POIN	82299703	
ILAN A. SEXTAS	8162-4465	
Roberto Lupatelli	86120090	
Dilando Ferraz	449887241	
Alípio Faure	36664055	
BERNARDO JOFFILY	38724123	
FERNANDO MANGRICELO	3062-6400	
Elaine Soares Nogueira	9557-7484	
Eva Ferreira Lobo	36648549	
José Roberto Torres de Oliveira	38221904	zeroka21@hotmail.com
ARISTENES N. DE ALMEIDA	9435.0453	
Angela Almeida	32566678	
Francisco de Souza	36729823-	
Jano Ribeiro	44903827	
Lewis Cardoso	20215555-	
Camargo Sales	267873206	
JOSE PAIVA	3801-8982	
Renato S. Mattioli	3875-2918	renomattioli@italelecom.com.br
EDMILSON COSTA	32835431	edcosta@dglnet.com.br
Pablo Camporuz	32746626	pablocamporuz@bol.com.br
Dayana Paiva	45444114	dayanados30@bol.com.br
Suzana S. Souza	9503-2470	bianevoluente@yahoo.com.br
Albino Souza	41782087	ALBINO@GMAIL.COM
Rita M ^o . de M. Sipahi	(11)36664055	Ritasipahi@yahoo.com.br

Sábados Resistentes
A luta clandestina contra a ditadura (21/06/2008)

Nome	Telefone	email
FRANCISCO F. NATA	9137882	FRANCISCO.NATA@UOL.COM.BR
Maria Domingas Braga	3535498	11 11
Raimon E. Pezo Pinilla	2109-6543	Assoc. Salvador Bellore
Leis E. CARVALLO	86662209	11 11 11
Consuelo de Toledo Salve	3257-0479	---
Flammarin Mano		FLAMMARIN@GMAIL.COM
Ediluzia Pinheiro de Lima	(21) 9249 8832	ediluzia.pinheiro@XINGO.COM.BR
Arce Moquele	96153293	Arce
Rui Veiga	3661-1369	
ALMOIMAR DOS SANTOS	93357865	ALMOIMAR.DOS.SANTOS@HOTMAIL.COM
Elton Mota	93157861	
Jayme Dick	91220936	
ARTUR SAVONE	83928811	
GEORGIHO		GTOMELIN@UOL.COM.BR
João Luiz Ferreira	39890067	JoaoLuz@ig.com.br
Marcio Mendes	3295-2489	mm0060@yahoo.com
Augusto Jerônimo Monteiro	33310692	AUGUSTO.MONTEIRO@GMAIL.COM

Fórum dos ex-Presos Políticos Memorial da Resistência Pinacoteca do Estado

Lista de Presença do Segundo Sábado Resistente, realizado em junho/2008 pelo Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. Página 1 (ao lado) e página 2

4.2 LUGARES DE MEMÓRIA EM SÃO PAULO/SP

Deops/SP – MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO/ SÁBADOS RESISTENTES

A cidade de São Paulo abriga uma importante iniciativa brasileira de ressignificação de um lugar físico da história da ditadura em espaço cultural, o **Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)**, órgão da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Depois de 23 anos do fim da ditadura civil-militar foi criado um projeto educativo comprometido com a memória política colocando em evidência o protagonismo dos resistentes.

Hoje, o Memorial da Resistência, consolidado institucionalmente com quadro de funcionários permanente, atende aproximadamente 75.000 visitantes ao ano. Seu edifício foi desenhado em 1914 pelo escritório do famoso arquiteto Ramos de Azevedo. Abrigou entre 1940 e 1983 o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP).

O prédio representa o forte aparato repressivo institucionalizado no Brasil. Em decorrência das sessões de torturas, morreram ali, durante a ditadura, ao menos quatro militantes: Devanir José de Carvalho, Eduardo Collen Leite (Bacuri), Luiz Hirata e Olavo Hansen. No Deops/SP eram escritos os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) dos crimes políticos cometidos em São Paulo e se procedia à elaboração dos processos (o chamado “cartório”) para que estes pudessem ser enviados posteriormente à Justiça Militar. Também era onde os presos aguardavam em celas insalubres e superlotadas a transferência para os presídios. Ali, eram usadas práticas arbitrárias, violentas e ilegais.

Em 1997 o prédio que estava sob administração da Secretaria da Justiça e Cidadania passa para a Secretaria de Estado da Cultura e, em 2002, parte do edifício que abrigara o Deops/SP foi transformado em Memorial da Liberdade. O espaço cultural esteve sob responsabilidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

até 2006, quando passou para administração da Pinacoteca do Estado de São Paulo, o que permanece até hoje.

O uso dado ao então Memorial da Liberdade criou insatisfação entre os ex-presos e perseguidos políticos. Entre outras críticas, eles enfatizavam que o seu nome – Liberdade – não condizia com as atrocidades ali vivenciadas e queriam sua remodelação¹. Após reiteradas reivindicações junto ao Poder Público, em 2007, o Fórum sensibiliza o governo do Estado para transformação em Memorial da Resistência, se envolvendo nas negociações políticas. Posteriormente, em 2008, na assessoria para a implantação do Plano Museológico (PM) concebido a pedido de Marcelo Araújo, então diretor da Pinacoteca. Destaca-se neste processo a participação de Ivan Seixas, Maurice Politi e Raphael Martinelli².

Em 1º maio de 2008 o Memorial da Resistência de São Paulo é inaugurado, com a exposição “Direito à Memória e à Verdade - A Ditadura no Brasil 1964-1985”. Marcou-se também o início dos trabalhos de implantação do PM e do projeto Sábados Resistentes, as duas frentes em que se envolveram os ex-presos e perseguidos políticos. Da **assessoria de conteúdo voluntária para a exposição de longa duração** (em diversas reuniões com a equipe técnica e em entrevistas específicas sobre as vivências no espaço do antigo Deops-SP) surge como contrapartida o **Sábados Resistentes (SRs)**.

¹ Os relatos de membros do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos denunciam o funcionamento inapropriado: a reforma realizada entre os anos de 1999 e 2002 destruiu parte do que restava do Deops (algumas celas e a carceragem) e “embelezou” o que permaneceu, ou seja, retirou as marcas de como era originalmente; a exposição nas celas era ilustrativa: tinham imagens de capa da Veja sobre a ditadura e totens com entrevistas de militantes (que nem sempre funcionavam); não havia educadores, estava apenas aberto à visitação. Ocorriam exposições e atividades culturais, promovidas por grupos de direitos humanos que tentavam se apropriar do espaço, porém sem uma periodicidade regular.

² Nestas negociações participaram o então governador José Serra, o secretário de cultura João Sayad e o diretor da Pinacoteca Marcelo Araújo. No projeto museológico participaram a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro e a educadora Gabriela Aidar. Na fase de implantação Kátia Filipini Neves e Caroline Grassi Franco de Menezes.



Fachada do prédio que abriga hoje o Memorial da Resistência de São Paulo e a Estação Pinacoteca. Autoria desconhecida. Foto: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.



Reunião de trabalho entre equipe técnica do MRSP e ex-presos políticos, para a construção da maquete do espaço carcerário. Autoria desconhecida. Foto: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.



Maurice Politi e Raphael Martinelli no trabalho de inscrição nas celas para compor o espaço expositivo do MRSP. Autoria desconhecida. Foto: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Sábados Resistentes

As atividades dos Sábados Resistentes iniciam em maio de 2008, com o debate “O ano de 1968 e a herança deixada”. Neste ano realizaram-se oito edições do projeto e neste processo revelou-se a potencialidade do diálogo entre os ex-militantes, equipe de funcionários e público externo fortalecendo o projeto do Memorial o que ocorre até os dias atuais³. O seu objetivo principal é promover o debate sobre as histórias e memórias do período da ditadura civil-militar, bem como sobre os movimentos resistentes relacionando-os com as lutas do tempo presente, por direitos humanos, memória, verdade e justiça.

³ O Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo deu início à realização dos Sábados Resistentes e paulatinamente, a partir de 2009, o Núcleo Memória assume sua gestão compartilhada com o MRSP, onde o Núcleo entra com organização e programação e o MRSP com a estrutura física e contrapartida financeira.

Em nove anos do projeto, foram realizados 121 Sábados Resistentes⁴. A média de público nos últimos anos tem sido de cerca de 80 pessoas. O Sábado Resistente, tornou-se, ao longo do tempo, espaço aberto à educação, cultura e ao debate político. tendo-se procedido à variada gama de debates. Os temas de discussão são expostos por intelectuais, militantes políticos, profissionais de universidades, de entidades sociais e públicas. Foram trazidas para este espaço representantes de diferentes movimentos sociais e entidades de direitos humanos com a perspectiva de fomentar o debate intergeracional.

Além das palestras, mesas de conversa e debates, os Sábados Resistentes foram também palco para o lançamento de livros sobre temas ligados à resistência. Também abriu espaço para a realização anual de uma feira de livros, que recebe a visita de mais de 400 pessoas. Também outras manifestações culturais foram contempladas na programação dos Sábados Resistentes:, como a projeção de filmes, leituras de peças teatrais e apresentações de grupos musicais.

Nesta parceria duradoura, o Núcleo Memória e o Memorial da Resistência de São Paulo tornam-se referência no Brasil e América Latina na realização de um projeto cultural consolidado com importante contribuição para a educação em direitos humanos. Este projeto mostra a força do casamento entre a sociedade civil, que reivindica e se apropria do espaço público, e a instituição pública, que se abre para a gestão compartilhada no trabalho com a memória política da ditadura civil militar.

⁴No primeiro ano foram realizadas 8 edições, 2009 (7 edições), 2010 (6 edições), 2011 (14 edições), 2012 (13 edições), 2013 (15 edições), 2014 (13 edições), 2015 (18 edições), 2016 (17 edições) e até novembro de 2017 (10 edições).



Sábado Resistente no Auditório do Memorial da Resistência de São Paulo. Outubro/2017. Foto: Núcleo/Luiza Beraldo.



Mesa de debatedores em mais um Sábado Resistente. Março/2017. Foto: Núcleo/Gabriela Beraldo.

Auditorias Militares da 2ª CJM⁵ – MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA - /Implantação

Por iniciativa do **Núcleo Memória** e da **Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB-SP)**, o prédio que sediou as antigas Auditorias Militares de São Paulo será transformado no **Memorial da Luta pela Justiça**⁶. No local, muitos advogados, presos, perseguidos e familiares de militantes políticos denunciaram os crimes ocorridos nos porões da ditadura.

Nas Auditorias Militares funcionavam os Conselhos de Justiça, órgãos da primeira instância da **Justiça Militar da União (JMU)**, que entre 1965 e 1980, excepcionalmente, julgaram crimes políticos enquadrados na **Lei de Segurança Nacional (LSN)**. Civis, que se opunham ao regime, foram julgados e condenados por estes conselhos formados por quatro juízes militares e um juiz togado (auditor).

Estes tribunais, geralmente, validavam as denúncias dos **Inquéritos Policiais Militares (IPMs)** provindos em sua maioria do Deops/SP. Da decisão deste tribunal cabia apelação ao Superior Tribunal Militar (STM), onde as sentenças não eram significativamente alteradas. A Justiça Militar procurava dar ares de legalidade a ditadura violenta implantada no Brasil, como demonstrou o Projeto: “Brasil Nunca Mais” ainda em 1985⁷.

⁵ O Brasil era dividido em 12 sub-regiões jurídico militares. A partir de 1969, a 2ª Circunscrição Jurídico Militar (CJM) correspondeu somente ao Estado de São Paulo.

⁶ No prédio funcionaram durante a ditadura três Auditorias Militares, a 1ª, a 2ª e a 3ª Auditoria Militar, sendo que a 3ª foi implantada por um pequeno período e a 2ª foi a que era predominantemente comandada pelo Exército foi a que mais julgou processos de crimes políticos.

⁷ O Projeto: Brasil Nunca Mais foi um extenso projeto de pesquisa desenvolvido com base nos processos de crimes políticos que estavam depositados no Superior Tribunal Militar (STM), registros oficiais, que traziam denúncias de mortes e desaparecimentos, descreviam as práticas de torturas e dentre outros importantes dados, apontavam os nomes dos envolvidos em graves violações de direitos humanos que ocorreram no Brasil durante a ditadura. Para saber mais:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> .

Em julho de 2012, Oo Núcleo Memória em julho de 2012 reivindicou junto ao **Ministério Público Federal (MPF)** em São Paulo “medidas de acompanhamento e investigação” sobre a destinação do prédio onde funcionou as Auditorias Militares, sugerindo a “tutela” para criação de um Lugar de Memória de homenagem às vítimas da ditadura. Sucederam-se diversas negociações envolvendo o poder público e as entidades proponentes (Núcleo e OAB-SP) e outros atores sociais, como o MPF na pessoa do procurador federal Marlon Waichert; os drs. Mário Sérgio Duarte Garcia e Belisário dos Santos Júnior da Comissão da Verdade da OAB; o então deputado estadual e presidente da Comissão da Verdade Rubens Paiva da Assembleia Legislativa de São Paulo, Adriano Diogo; Paulo Abrão então Secretário Nacional da Justiça e presidente da Comissão de Anistia; assim como as procuradoras da República Inês Virgínia Prado e Eugênia Gonzaga. Finalmente em 05 de agosto de 2013, foi assinado o Termo de Cessão entre a Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo (SPU), proprietária do imóvel, com a OAB-SP, o que marcou o início da “Tomada Cultural” realizada pelo **Teatro Popular União Olho Vivo (Tuov)**.

Desde 2013 e até que se iniciem as reformas, o Núcleo Memória e OAB-SP realizam no prédio a **Ocupação Cultural** a fim de que seu projeto possa amadurecer em diálogo com o público. Entre 2016 e 2017, o Núcleo Memória intensificou as atividades no espaço, com um projeto financiado, realizando palestras, visitas guiadas, rodas de conversa, ciclo de cinema, colóquio de direitos humanos, o curso: Ditadura: História e Memória, dentre outras atividades. Em agosto deste ano abriu a primeira exposição temporária do Memorial: **“Vozes da Defesa”** em parceria com o **Superior Tribunal Militar (STM)** e OAB-SP. No mesmo dia lançou o livro-relatório das atividades e pesquisas realizadas. Veja mais detalhes no capítulo sobre Pesquisa em Direitos Humanos.

O futuro Memorial já possui um projeto de captação de recursos inscrito na Lei Rouanet (Lei Federal), com objetivo de implantar os seus projetos de arquitetura, restauro e o seu plano

museológico, documentos produzidos em 2014. A captação estava em 14% até meados deste ano de 2017.

É um projeto que ainda tem muitos desafios pela frente, como o modelo de financiamento e administração e a formação de público, porém já se configura como mais um espaço conquistado pelos ideais de democracia, dos direitos humanos e da memória política na cidade de São Paulo.



Fachada do prédio das antigas Auditorias Militares de São Paulo na ocasião da Tomada Cultural em 2013. Foto: Núcleo/ Milton Bellintani.

DOI-Codi 36º – Delegacia Policial / A LUTA CONTINUA!

Rua Tutóia, nº 921, endereço do terror em São Paulo. Ali funcionou a **Operação Bandeirantes (Oban)**, centro clandestino criado pelo Exército em 1969, que tinha como objetivo centralizar informações sobre atividades políticas suspeitas e atuar na perseguição e repressão aos sujeitos considerados “subversivos” pelo Estado. Em 1970, o projeto tornou-se parte da política de segurança pública e passou a ser um órgão institucionalizado dentro da estrutura das Forças Armadas. Nesta fase foi denominado **Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)**.

No DOI-Codi atuaram militares e civis em interrogatórios sistematicamente violentos, nos quais morreram dezenas de pessoas submetidas a torturas físicas e psicológicas. Os agentes dessas violações elaboravam falsos laudos e certidões de óbito para ocultar a verdadeira causa mortis dos presos. O prédio é símbolo desse cenário de horror, está inserido, historicamente, neste contexto de graves violações aos direitos humanos no Brasil.



Placa Rua Tutóia. São Paulo, 2014. Foto: Núcleo/Milton Bellintani.

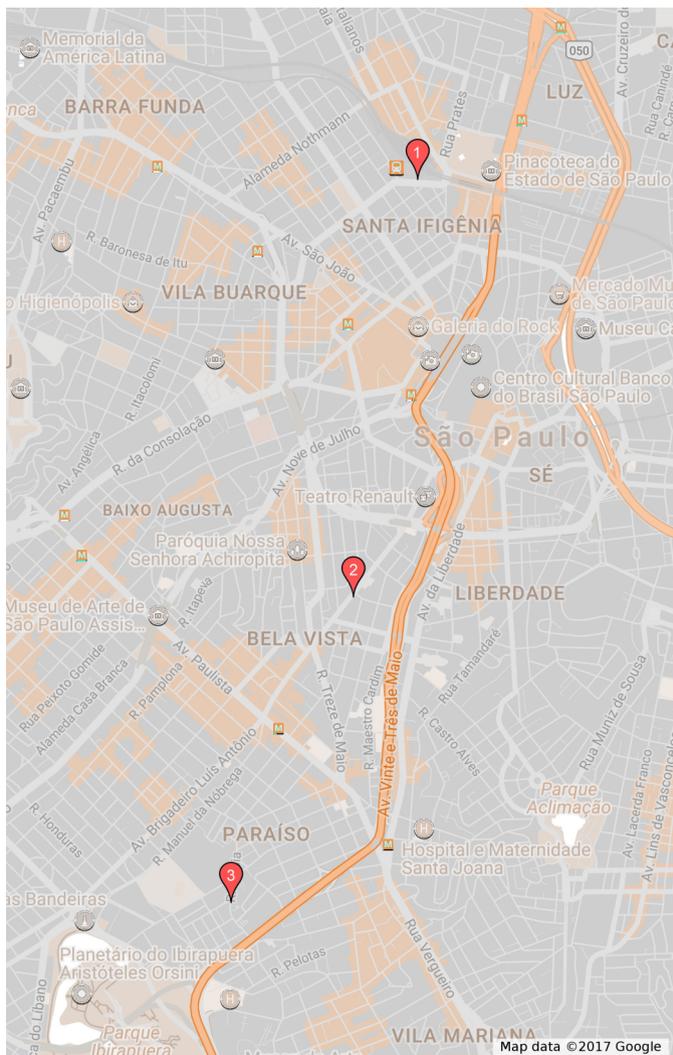
Em 2010, Ivan Seixas, ex-presos político e então diretor do Núcleo Memória, apoiado por outras pessoas e entidades organizadas, fez o pedido de tombamento do edifício junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Em 2014, o órgão decretou o tombamento do conjunto das edificações que compunham a Oban e DOI-Codi. A justificativa teve como base o valor histórico e social do espaço. Desde então, o Núcleo Memória e outras entidades que lutam por Direitos Humanos realizam anualmente um ato no dia 01 de abril (dia do golpe militar de 1964). **A reivindicação é a transformação do lugar em memorial.**

Hoje no local funciona a sede da 36ª Delegacia de Polícia da Vila Mariana, da Unidade de Gestão Executora, do almoxarifado do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (Decap) e da Divisão de Administração do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP). Sensibilizar estes órgãos de segurança e mobilizar a população do bairro são grandes desafios. Transformar as dependências do antigo DOI-Codi em memorial permitirá não só sua ressignificação, mas também a ampliação do conhecimento sobre o que foi a Ditadura no Brasil. **A LUTA CONTINUA!**



4º Ato Unificado “Ditadura Nunca Mais” no Pátio da 36ª Distrito Policial. Abril/2017. Foto: Núcleo/Oswaldo Oliveira.

MAPA - LUGARES DE MEMÓRIA EM SÃO PAULO/SP



- 1) Deops/SP Memorial da Resistência de São Paulo – Largo General Osório, 66. Luz.
- 2) Auditorias Militares da 2ª CJM Memorial da Luta pela Justiça – Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1249. Bela Vista.
- 3) DOI-Codi 36º Delegacia Policial – Rua Tutóia, 451. Vila Mariana.

UM ROTEIRO DE LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA PARA SÃO PAULO – SP?

Na cidade de São Paulo existem iniciativas com intenção de constituir um amplo roteiro de Lugares de Memória da ditadura civil-militar. Até o momento, o mais completo levantamento foi feito pelo Memorial da Resistência de São Paulo e contempla 185 lugares. Tem como critérios a demarcação de lugares do binômio resistência e /repressão que sejam locais físicos com eventos ocorridos no passado. O Programa de Pesquisa – Lugares de Memória da instituição, em fase de inventário, tem como previsão a sinalização destes locais ao redor da cidade.

Como desdobramento deste trabalho e em parceria com a Coordenadoria de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, foi lançado em 2016 o guia **“Memórias Resistentes, Memórias Residentes. Lugares de Memória da Ditadura Civil-Militar no Município de São Paulo”**, material acessível a diversos públicos, está disponível para *download* na internet. O material deve ser lançado em formato físico em dezembro de 2017. Outra iniciativa que procura aproximar o público jovem da temática é o aplicativo #SP64 feito em co-realização com o Peripécia Filmes e o apoio do Instituto Vladimir Herzog. Ele é um geolocalizador dos lugares de memória na cidade que também pode ser acessado virtualmente.

Apesar de estarem fora deste inventário entendemos que as homenagens póstumas são parte de um roteiro vivo da ditadura. Duas delas: o Ato para Carlos Marighella (4 de novembro) e o Ato para Santos Dias da Silva (30 de outubro), ocorrem há muitos anos na cidade e reúnem militantes de todas as idades.

Outra iniciativa é o monumento aos mortos e desaparecidos, localizado no parque Ibirapuera de São Paulo, que contém o nome das 463 vítimas reconhecidas pela Comissão Nacional da Verdade. A obra é do arquiteto Ricardo Ohtake.

Acreditamos que o principal desafio da incorporação destes lugares numa metrópole é o reconhecimento dos mesmos pelos seus habitantes. Por isso, a sinalização é um passo muito importante na construção de políticas públicas de memória. Neste sentido, o poder

público em parceria com a sociedade civil organizada deve reconhecer estes roteiros/lugares de memória com todo seu potencial para fomentar a educação para a democracia, o debate das violências e direitos, a apropriação da história da ditadura por todos os cidadãos. E, principalmente, a reflexão sobre passado, presente e futuro, com o reconhecimento de mecanismos do estado de exceção operando na atualidade.

4.3 PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEMÓRIA POLÍTICA

PALESTRAS, VISITAS GUIADAS E RODAS DE CONVERSAS

Com frequência, diretores e conselheiros do Núcleo Memória concedem palestras, visitas guiadas e rodas de conversas com estudantes do ensino fundamental ao superior sobre temas ligados à ditadura civil-militar e aos Direitos Humanos. Diferente de outras iniciativas da organização, esses encontros não possuem uma periodicidade e ocorrem ao longo de todo o ano., São gratuitos, sendo realizadas de acordo com a demanda. As visitas guiadas acontecem nos prédios da antiga Auditoria Militar – Memorial da Luta pela Justiça – e do antigo Deops/SP – Memorial da Resistência – e contam com a visão do ex-presos políticos sobre sua vivência naquele ambiente e são, é fechada encerradas em geral com uma roda de conversa. As palestras ocorrem nestes Lugares de Memória e também em escolas públicas, privadas, cursinhos populares e associações.



A diretora do Núcleo Ana Paula Brito recebe os alunos do Colégio Lourenço Castanho para visita guiada na antiga Auditoria Militar/ Memorial da Luta pela Justiça. 09/06/2017. Foto: Núcleo/Gabriela Beraldo.

SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Núcleo Memória também está presente em seminários, conferências e audiências envolvendo instituições públicas e particulares, em nível nacional e internacional, procurando enfrentar em conjunto com outras organizações os desafios da área dos direitos humanos. Neste ano de 2017 participou de uma série de atividades. Em outubro integrou o grupo de palestrantes do I Seminário Memória, Trabalho e Direitos Humanos no Sul Fluminense, do Centro de Memória da UFF (Universidade Federal Fluminense), levando a experiência dos lugares de memória em São Paulo/SP para entidades do Rio de Janeiro/RJ. No estado do Ceará, no mês de setembro, participou da Audiência Pública sobre conquistas e desafios da Memória e Verdade no Brasil. Ainda no mesmo mês, participou ainda do Seminário Internacional de Memória e Direitos Humanos organizado pela Corporación por la Paz Villa Grimaldi do Chile : “Crímenes de lesa humanidad y terrorismo de estado: existen garantías de no repetición?”



Integrantes do Seminário Internacional de Memória e Direitos Humanos no Chile se manifestam sobre o desaparecimento de Santiago Maldonado. 2017.

CURSO “DITADURA: HISTÓRIA E MEMÓRIA”

O curso “Ditadura: história e memória”, que é realizado anualmente desde 2013, tem como objetivo fazer um panorama histórico sobre as motivações do golpe de 1964, seus desdobramentos e consequências, discutindo os detalhes da organização do Estado na época do regime militar.

O curso é coordenado pelo cientista político, economista e ex-preso político Heládio José de Campos Leme. Os professores são membros do Núcleo Memória e convidados externos conhecedores do tema. É composto por 20h/aula e é gratuito. Em 2016 participaram 50 pessoas, entre professores e educadores populares.



Aula de Oswaldo de Oliveira Santos Junior no Curso “Ditadura: História e Memória”. 26/11/2016. Foto: Núcleo/Gabriela Beraldo.

As duas primeiras edições foram realizadas em parceria com o Cursinho da Poli e foram destinadas a estudantes em fase preparatória para o vestibular. A terceira ocorreu no Teatro Estúdio Heleny Guariba, em 2015, voltada para jovens e profissionais do teatro. Em 2016, o curso ocupou o prédio da antiga Auditoria Militar – futuro Memorial da Luta pela Justiça –, e foi destinado a educadores populares.

CICLOS DE CINEMA

Como parte da proposta do Núcleo Memória de educar em Direitos Humanos, são organizados desde 2010 Ciclos de Cinema abertos ao público. Cada edição buscou trazer filmes nacionais e estrangeiros que abordassem temáticas no campo dos Direitos Humanos e Justiça.

Entre 2010 e 2012 foi realizado anualmente o “Cinema e Memória”, na sala Sérgio Cardoso do antigo Cine Bijou – hoje Teatro Heleny Guariba. O Cine Bijou, localizado na Praça Roosevelt em São Paulo, foi, na época da ditadura civil-militar, um local de resistência, onde se projetavam filmes considerados subversivos.

Nos anos de 2015 e 2016 foi organizado o “Ciclo de Cinema Justiça e Direitos Humanos” no prédio do futuro Memorial da Luta pela Justiça. A última edição recebeu o nome “II Ciclo de Cinema 'Milton Bellintani' Justiça e Direitos Humanos”, em homenagem ao diretor do Núcleo Memória, falecido em novembro de 2015. Cada dia de exibição da mostra contava também com um convidado especial para debater a temática do filme exibido.



A ex-presena política, Elza Lobo, debate com o público no Projeto Cinema e Memória. Teatro Heleny Guariba, 2013. Foto: Núcleo.

PRODUÇÃO CULTURAL E PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS

O Núcleo Memória realiza uma série de produções e pesquisas sobre o tema dos Direitos Humanos e a Justiça de Transição. Destacam-se as contribuições periódicas em trabalhos acadêmicos, a produção do documentário “1964: Um golpe contra o Brasil” e a coordenação da pesquisa histórica para o futuro Memorial da Luta pela Justiça, em andamento.

A produção do filme “1964: um golpe contra o Brasil” entre os anos de 2011/2012 teve apoio de uma emenda parlamentar e a cooperação da TVT (Televisão dos Trabalhadores). Dirigido pelo jornalista e ex-presidente do Núcleo Memória, Alípio Freire, apresenta mais de uma dezena de entrevistas e importante material de pesquisa, tendo por objetivo esclarecer as origens do Golpe de Estado de 1964. O filme teve mais de uma centena de exibições em escolas, universidades, sindicatos e espaços públicos, sendo escolhido pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade para ser parte do kit “Direito à Memória e Verdade” que, como material didático, foi entregue a mais de 1000 escolas da rede municipal. O lançamento oficial ocorreu no primeiro Sábado Resistente de 2013 e até hoje as cópias são entregues de forma gratuita em escolas, bibliotecas, cine clubes e pesquisadores do tema.

O atendimento a pesquisadores de diversas áreas de trabalho é recorrente no cotidiano do Núcleo Memória. É estabelecido diálogo com pesquisadores e concedidas entrevistas temáticas, referências bibliográficas e em algumas ocasiões, orientações para novas pesquisas. São atendidos estudantes com demandas de trabalhos para o ensino médio até trabalhos acadêmicos de pós-graduação.

Desde 2016 está em andamento a coordenação da pesquisa histórica para o futuro Memorial da Luta pela Justiça. A pesquisa dialoga com a aplicação do plano museológico/expográfico (2014) e tem como objetivo coletar e trabalhar com dados e referências memoriais e históricas para subsidiar a exposição de longa duração. A equipe de pesquisadores e estagiário da área de História atuam em

duas frentes: a realização de história oral e a pesquisa em arquivos.

O projeto de história oral realiza entrevistas a partir da atuação dos atores sociais – advogados e ex-presos e perseguidos políticos – e busca identificar interfaces entre as formas de lutas por justiça e direitos humanos e a atuação das Auditorias Militares em São Paulo. Até o momento, foram coletados 20 testemunhos gravados em áudio visual, em estúdio, com cerca de duas horas de duração. Estão previstas mais 6 entrevistas para este ano. A metodologia elaborada dialoga com a utilizada em instituições congêneres do Brasil e América Latina que possuem programas de história oral (Associação Memoria Abierta – Argentina, Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi – Chile e Memorial da Resistência São Paulo).

As fontes orais contribuem para que as pesquisas históricas não fiquem restritas aos documentos oficiais do Estado. Neste caso, a versão das vítimas e daqueles que estiveram ao seu lado (os advogados) dão a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre as formas de repressão que impactaram os grupos resistentes e os instrumentos para se fazer justiça num Estado de exceção. Além da vitalidade e comunicação fácil dos testemunhos, a serem utilizados na exposição de longa duração, devemos entender o potencial que eles têm para aproximar os atores sociais postos em evidência no plano museológico – advogados, presos e perseguidos políticos – com o projeto do futuro Memorial, proporcionando acolhimento e apropriação do novo espaço cultural⁸.

As pesquisas nos arquivos da Justiça Militar da União e do Projeto: “Brasil Nunca Mais” abriram um rol de imensas possibilidades e descoberta de novas fontes. Foram identificados 216 processos de

⁸Os entrevistados até o momento foram: Airton Soares, Aldo Silva Arantes, Antonio Funari Filho, Artur Machado Scavone, Belisário dos Santos Jr, Eny Raimundo Moreira, Heládio Campos Leme, Iberê Bandeira de Mello, Idibal de Almeida Pivetta, José Carlos Dias, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Augusto Cerqueira, Márcia Ramos de Souza, Maria Regina Pasquale, Mário de Passos Simas, Paulo de Tarso Vannuchi, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Tales Oscar Castelo Branco, Técio Lins e Silva e Virgílio Egydio Lopes Enei.

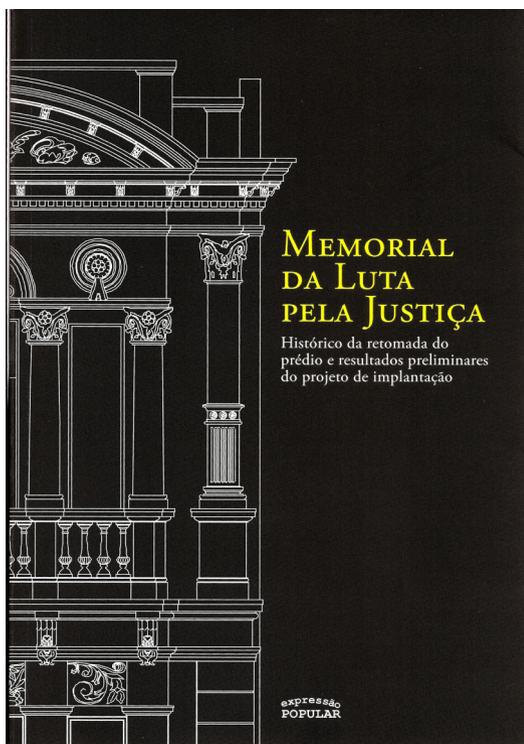
crimes políticos nas Auditorias Militares de São Paulo entre 1963 e 1977, onde foram julgados 2.740 réus defendidos por 325 advogados.

Os resultados preliminares desta pesquisa foram apresentados no livro “Memorial da Luta pela Justiça – histórico da retomada do prédio e resultados preliminares do projeto de implantação”, lançado em agosto de 2017, editado pela Expressão Popular, com 160 páginas. Está sendo distribuído gratuitamente para entidades congêneres no Brasil e América Latina, universidades e faculdades com interesse no tema, e esferas públicas. É uma forma de divulgar o Memorial e fomentar o debate sobre sua implantação.



Testemunho do advogado Antonio Funari Filho para compor o acervo do Memorial da Luta pela Justiça. São Paulo, 2017. Foto: Núcleo/ Alessandra Haro.

Capa do livro-relatório sobre o Memorial da Luta pela Justiça



Capa do DVD do
documentário «1964: Um
golpe contra o Brasil».



CAMPANHAS EM DIREITOS HUMANOS

Nos anos de 2016 e 2017, o Núcleo Memória ampliou seu alcance de atuação através de duas campanhas em Direitos Humanos. A primeira, elaborada entre maio e julho de 2016, foi o projeto “Ocupe os Direitos Humanos”, com uma série de vídeos de entrevistas com representantes de movimentos sociais. O projeto surgiu como uma resposta aos retrocessos nos direitos humanos observados com o após o afastamento de Dilma Rousseff. Os vídeos estão disponíveis no YouTube.

A segunda foi “Ruas da Vergonha”. Elaborada em parceria com uma agência de publicidade, iniciou com uma ação no dia 31 de março de 2017 nas ruas de São Paulo que homenageiam torturadores e assassinos da ditadura brasileira, alterando momentaneamente a nomenclatura destas ruas para nomes de genocidas notórios acusados de crimes de lesa humanidade, como Adolf Hitler . O lema era: “Quem matou e torturou não pode virar nome de rua”. O projeto seguiu coletando assinaturas pela mudança do nome dessas ruas. No fim, foram arrecadadas mais de 1.400 assinaturas, que foram entregues à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Em 2017, o filme da campanha recebeu o primeiro prêmio na categoria



Rose Nogueira, ex-presena política, entrevistada na Campanha “Ruas da Vergonha”. São Paulo, 2017.

Ação em Via Pública da FIAP (Festival Ibero Americano da Publicidade).

5. REDES DE LUGARES DE MEMÓRIA – DO BRASIL PARA O MUNDO

O Núcleo de Preservação da Memória Política foi a primeira entidade brasileira de defesa dos Direitos Humanos a tornar-se membro da **Coalisão Internacional de Sítios de Memória e Consciência (ICHS)** e também da **Rede Latino Americana e Caribenha de Sítios de Memória (RESLAC)**. Isso ocorreu logo após sua criação ainda no ano de 2009.

A RESLAC é parte da Coalisão Internacional de Sítios de Memória e Consciência (cuja sigla em inglês é ICHS – International Coalition for Historical Sites).

5.1 COALISÃO INTERNACIONAL DE SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA (ICHS)

Com mais de 200 membros em 55 países ao redor do mundo, a Coalisão Internacional de Sítios de Memória e Consciência oferece acesso ímpar a uma enorme rede de organizações que pensam de maneira similar, e que se encontram desde o Brasil até Bangladesh. Fundada em 1999, a Coalisão se destacou por construir redes comunitárias com centenas de membros ao redor do mundo que oferecem orientação e apoio aos aliados do movimento de lugares de Consciência e Memória.

Com o fim de apoiar estes esforços e inspirar a ação cívica maciça na questão do respeito aos Direitos Humanos locais, a Coalisão desenvolveu constelações de Sítios de Memória que se conhecem como as Redes Regionais. Ao fazer uso do conhecimento gerado por estas redes, os membros das Coalisões podem coordenar e multiplicar seus esforços individuais para reforçar histórias em comum e seus legados atuais. As redes regionais fortalecem a capacidade das iniciativas emergentes em cada região e reforçam a transmissão coletiva das lutas do passado em nome dos Direitos Humanos aplicando-as aos dias de hoje. Isso se consegue através de projetos públicos coletivos, workshops, reuniões e consultas individuais entre outras atividades. Também ocasionam a ajuda por meio de recursos

financeiros para o compartilhamento de experiências e experiências trans-regionais.

O escritório central da Coalisão Internacional se localiza na cidade de Nova York e ela está conformada por sete redes regionais, a saber: África; Ásia; Europa; América Latina e Caribe, América do Norte, Oriente Médio e Norte de África e Rússia. Consulte mais informações no site: <http://www.sitesofconscience.org/pt/inicio-2/>.

5.2 REDE LATINO AMERICANA E CARIBENHA DE LUGARES DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA (RESLAC)

Ao final do ano 2017, a Rede Latino Americana e Caribenha (RESLAC) era formada por 41 entidades em 12 países do Continente, algumas delas organizadas em redes nacionais ou /locais⁹. É, portanto, uma espécie de rede de redes que promove, a partir das experiências compartilhadas, a criação de conhecimentos e projetos conjuntos visando o fortalecimento de seus membros.

Todas as 41 instituições que a conformam, trabalham na recuperação e construção das memórias coletivas sobre as graves violações aos dDireitos hHumanos, e sobre os movimentos de resistência ocorridos na região durante o passado recente marcado pelo terrorismo de Estado, conflitos armados internos e impunidade, com o objetivo de promover a democracia e as garantias de não repetição.

A RESLAC desenvolve projetos, iniciativas e trocas de conhecimentos entre seus membros, com intuito de fortalecer a integração entre as instituições e promover a compreensão das novas gerações a respeito dos processos históricos vinculados a valores e princípios democráticos. A legitimidade de seus membros e sua atuação conjunta, permitem que a RESLAC incida social e politicamente, de maneira importante, para o aprofundamento da democracia através de um trabalho de influência junto a setores governamentais e regionais. Consulte mais informações no site: <http://sitiosdememoria.org/pt/>.

⁹Os 12 países são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai.

De acordo ao plano estratégico desenhado em 2017, com o auxílio de assessoria externa, para a sua atuação nos próximos cinco anos, se redesenhou a Missão e Visão da RESLAC assim como seus valores e sua estrutura organizativa, ficando estabelecidos:

MISSÃO: Promover a democracia e vigência dos Direitos Humanos na América Latina e Caribe mediante a recuperação e construção das memórias coletivas sobre as violações aos Direitos Humanos e as resistências do passado e presente para obter a Verdade, Memória e Justiça, Reparação e Não Repetição.

VISÃO: A RESLAC se consolida como um espaço articulador de experiencias, incidências e visibilização, referente na região, que vincula a memória com as principais problemáticas e violações dos Direitos Humanos no presente, contribuindo para a transformação destes processos e suas manifestações na atualidade.

Sendo que os valores definidos para os seus membros são:

- **Solidariedade e compromisso:** entre seus membros e a Rede na recuperação e difusão das memórias em face das violações aos Direitos Humanos e crimes de lesa humanidade ocorridos no passado e no presente na região com o compromisso de ser uma peça chave na busca e promoção da Verdade, Justiça, Reparação e medidas de não repetição para a construção de sociedades justas e verdadeiramente democráticas.

- **Participação e Inclusão:** das vítimas, familiares e comunidades afetadas pelas violações dos Direitos Humanos nas atividades das entidades membros da Rede. Da mesma maneira, permitir a participação e inclusão de todas as organizações membros no funcionamento da Rede e na tomada das decisões.



Reunião de Planejamento Estratégico da RESLAC em 2017. Maurice Politi, diretor do NM, participou como representante do Cone Sul. Autoria desconhecida. Acervo: Núcleo Memória.



Abertura do VII Encontro da RESLAC realizado no Montevideo/ Uruguai em 2013. Autoria desconhecida. Acervo: Núcleo Memória.

- **Respeito à diversidade cultural e de gênero:** Respeito à diversidade de povos e culturas da região e de suas contribuições, resistências e vivências a partir da memória assim como às diferentes identidades sexuais e/ou de gênero, destacando as diferentes violações ocorridas principalmente entre as mulheres e comunidades LGTBI.

- **Inter-geracionalidade, inovação e dinamismo:** Busca constante por novos caminhos para a transmissão da memória e ação sobre o presente com uma visão inter-geracionalidade.

A estrutura organizativa da Rede Latino Americana compreende uma entidade coordenadora, um comitê sub-regional e uma Assembleia de todos os membros que se reúnem a cada dois anos. Também faz parte desta estrutura um/a representante do secretariado internacional da ICHS.

MEMBROS DA RESLAC

ARGENTINA - Archivo Provincial de la Memoria, de Córdoba; Centro Cultural por la Memoria de Trelew, en Chubut; Comisión de homenaje a las Víctimas de los Centros Clandestinos de Detención 'Vesubio' y 'Protobanco', en el Gran Buenos Aires; Memoria Abierta y Parque de la Memoria, en la Ciudad de Buenos Aires; y Museo de la Memoria, en Rosario.

BRASIL - **Núcleo de Preservação da Memória Política; Memorial da Resistência – Pinacoteca do Estado de São Paulo; Casa do Povo e Museu da Imigração, todos em São Paulo.**

CHILE- Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos de Paine – Memorial Paine; Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Estadio Nacional, Comité de Derechos Humanos “Nido Veinte”, Fundación 1367 – Casa Memoria José Domingo Cañas, Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi, la Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (F.A.S.I.C), y Asociación por la Memoria y los



Localidade dos membros atuais da RESLAC

Derechos Humanos Colonia Dignidad, en Santiago de Chile.

COLÔMBIA- Centro de Memoria, Paz y Reconciliación (espacio distrital de Bogotá); Centro Nacional de Memoria Histórica; y Consejería de Proyectos, en la ciudad de Bogotá; y Museo Casa de la memoria, en Medellín.

EL SALVADOR - Museo de la Palabra y la Imagen –MUPI-, en San Salvador.

GUATEMALA - Archivo Histórico de la Policía Nacional –AHPN-, Instituto Internacional de Aprendizaje para la Reconciliación Social –IIARS-, Memorial para la Concordia y Centro de Acción Legal y de Derechos Humanos –CALDH-, en ciudad de Guatemala.

HAÏTI - Devoir de Mémoire – Haïti, en Puerto Príncipe.

MÉXICO - Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas y Sociedad Civil Las Abejas de Acteal, en Chiapas; y Centro de Investigaciones Históricas de los Movimientos Sociales, con sede en el Distrito Federal.

PARAGUAI - Museo de las Memorias: Dictaduras y Derechos Humanos, y la Dirección de Verdad, Justicia y Reparación – Defensoría del Pueblo, en Asunción.

PERU - Asociación Paz y Esperanza, Movimiento Ciudadano Para que no se Repita y Asociación Caminos de la Memoria, en Lima.

REPÚBLICA DOMINICANA - Museo Memorial de la Resistencia Dominicana, en Santo Domingo.

URUGUAI - Centro Cultural Museo de la Memoria – MUME- y Fundación Zelmar Michelini, en Montevideo; Espacio para la Memoria y los Derechos Humanos “Quica Salvia – Casa de las Mujeres”, en el Departamento de Canelones.

5.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE BRASILEIRA DE LUGARES DE MEMÓRIA

Desde o início de suas atividades em 2009, o Núcleo Memória atua em cooperação com entidades e instituições brasileiras por acreditar que a preservação e promoção da memória das lutas políticas no país deve ser uma responsabilidade coletiva e compartilhada. Devido às experiências de resistência contra o regime militar, toda a repressão sofrida, e a posterior atuação no campo memória, verdade e justiça dos membros fundadores, o Núcleo Memória tornou-se uma referência, ao longo dos anos, para diversas iniciativas pelo Brasil afora. A partir da experiência acumulada de consultoria na implantação do Memorial da Resistência de São Paulo, entre 2008 e 2009, e com a gestão compartilhada dos Sábados Resistentes desde 2009, se sucederam uma série de outros projetos, iniciativas e assessorias neste campo de atuação.

Entre os exemplos estão: a assessoria de conteúdo no Plano Museológico do Memorial da Resistência, já citado, entre 2008 e 2009; a iniciativa do pedido de tombamento do edifício do antigo DOI-Codi em São Paulo, em 2010, com a análise positiva em 2014; o pedido de cessão, em parceria com a OAB-SP, do prédio das antigas Auditoria Militares de São Paulo para sediar o futuro Memorial da Luta pela Justiça, com êxito em 2013; as contribuições com a pesquisa do Plano Museológico para o Memorial da Luta pela Justiça em 2014, e posteriormente a realização da pesquisa histórica e constituição do acervo de história oral entre 2016 e 2017. Além de iniciativas pontuais como as contribuições para o Plano Museológico do que será o Memorial no antigo Dops do Rio de Janeiro; a assessoria ao projeto Memorial Carlos Marighela em Salvador. Essas atividades somam-se à uma série de apresentações e palestras em universidades e reuniões em diversas cidades do Brasil – Fortaleza, Recife, Volta Redonda, Petrópolis - onde existem iniciativas de memorialização de espaços do período da ditadura civil militar.

Após sua adesão à Coalisão Internacional e à Rede Latino Americana, o Núcleo Memória viu com satisfação a incorporação de outros três Lugares de Consciência e Memória no Brasil: o Memorial da Resistência, o Museu da Imigração e a Casa do Povo, todas localizadas

na cidade de São Paulo. Ao fim de 2017, portanto, haviam quatro entidades brasileiras como membros destas redes internacionais. Um número, no entanto, que consideramos ainda insuficiente em razão da premência em estabelecer outros Lugares de Memória em todo o país. Nos compartilhamentos, tanto em trabalhos com entidades similares como nos diálogos com os membros brasileiros das redes internacionais, sempre foi premente a necessidade de trocas sobre os projetos em andamento, proposição de parcerias, discussão sobre as dificuldades e possíveis soluções para os problemas enfrentados.

Desta forma, o Núcleo Memória, que conta com a experiência alcançada ao longo do tempo, no campo da memória política, se arrisca a uma nova iniciativa visando formar uma **Rede Brasileira de Lugares de Memória**. Esta Rede local - ao estilo de redes já existentes no Chile, Argentina e Colômbia - permitirá um ambiente coletivo de consulta, assessoria e intercâmbio, com o objetivo primordial de preservar e promover as memórias das violações contra os Direitos Humanos praticados no Brasil. Esta iniciativa está dentro do planejamento estratégico do Núcleo Memória para os próximos anos, com vistas a formar uma Rede Brasileira de Lugares de Memória.

¹⁰Esta cronologia é o resultado de uma pesquisa em andamento. Desta forma é uma versão provisória. A ideia geral é situar o Núcleo Memória nos marcos de lutas de memória, verdade e justiça do pós ditadura, pontuando iniciativas da sociedade civil e do poder público que se perpetuaram ao longo do tempo ou que simbolizaram mudanças significativas neste campo.

ANEXO I - CRONOLOGIA¹⁰ – MARCOS DAS LUTAS POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM SÃO PAULO – SP

1972 - Comissão de Justiça e Paz de São Paulo foi fundada pelo Arcebisbo Dom Paulo Evaristo Arns. (1972 – hoje)

1975 – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo. (1975 -hoje)

1978 – Luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. A Lei da Anistia é sancionada em 28 de agosto de 1979.

1979 – Santo Dias da Silva, operário metalúrgico, é morto pela Polícia Militar em piquete na frente da fábrica Silvânia em Santo Amaro. Desde então é realizado ato de homenagem no local.

1985 – Projeto “Brasil: Nunca Mais”, pesquisa contundente, tornada pública em 1985, denuncia as torturas, mortes e desaparecimentos da ditadura.

1985 – Tombamento do Arco do Presídio Tiradentes.

1987 – O Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo é reconhecido e registrado como uma entidade da sociedade civil. Atua em defesa dos Direitos Humanos, contra todas as formas de agressão e tortura praticadas em relação à pessoa humana. (1987 - hoje).

1990 – Abertura da Vala de Perus em São Paulo e instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara de São Paulo para investigar sobre as ossadas encontradas.

1994 – Abertura dos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops/SP) no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Considerado o primeiro arquivo da ditadura aberto ao público.

1995 – Instalada Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos

Políticos no governo federal. Proporciona a reparação familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura.

1995 – Elaborado “**Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**”, que elencou 339 casos de assassinatos ou desaparecimentos praticados pela repressão.

1999 – Próximo ao número 800 da Alameda Casa Branca é colocada uma pedra talhada em homenagem a **Carlos Marighella**, resistente da ALN. Ali, rua em que foi morto em uma emboscada em 1969, anualmente se realizam atos que reúnem ex-militantes, familiares e jovens ativistas.

2001 – Lei 10.726 – **Lei Estadual Paulista** que autoriza “indenização para pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31/04/1964 a 15/08/1979”. As leis estaduais marcam a extensão da **reparação econômica** aos militantes políticos presos e perseguidos e não somente aos mortos e desaparecidos.

2001 – Fundação do **Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos**, entidade criada com motivação principal de promover a reparação financeira dos presos e perseguidos políticos da ditadura civil-militar.

2001 – É instalada a **Comissão de Anistia** pelo Ministério da Justiça para analisar “os pedidos de indenização formulados por pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política entre 18/09/1946 e 5/10/1988”.

2002 – Inauguração do **Memorial da Liberdade** no prédio onde funcionou o **Deops-SP**. Reivindicação de entidades de defesa dos direitos humanos, ex-presos e perseguidos políticos. É m marco importante na conquista da memória.

2007 – O Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos realiza em São Paulo **Congresso Estadual Presos e Perseguidos Políticos**.

2007 – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas lança **Projeto Memória Oposição Metalúrgica de São Paulo**. Entidade se destaca na luta por reparação aos trabalhadores. (2007 – hoje)

2007/2008 – Intensa atuação de membros do **Fórum** de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo para a transformação do Memorial da Liberdade em **Memorial da Resistência de São Paulo**.

2008 – **Fundação do Memorial da Resistência de São Paulo**, entidade pública administrada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. Firmada parceria com Núcleo Memória/Fórum para a organização dos **Sábados Resistentes**, projeto que existe até hoje. (2008 – hoje)

2008 – **Audiência Pública** promovida pelo Ministério da Justiça em 31 de julho em Brasília, sobre a punição aos torturadores da ditadura. Participação Raphael Martinelli e Ivan Seixas pelo Fórum de Ex-Presos SP.

2008 – Lançamento do Livro **“Direito à Memória e Verdade”** que reúne e reconhece 353 casos de mortes e desaparecimentos durante a ditadura brasileira.

2009 – Lançamento do Portal **“Memórias Reveladas”** coordenado pelo Arquivo Nacional que pretende reunir informações sobre o período ditatorial em uma base de dados única e nacional, com a documentação produzida pelos movimentos sociais e do Estado. (2009- hoje)

2009 – **Fundação do Núcleo de Preservação da Memória Política**.

2009 – Publicação do **PNDH3**, com um dos eixos voltado ao Direito à Memória e à Verdade, aparece como um passo importante no sentido de criar uma **Comissão Nacional da Verdade**, afirma a importância disso como princípio histórico de Direitos Humanos.

2009 – Criação do Instituto Vladimir Herzog pela família, grupo de amigos e ex-colegas do jornalista, com o intuito de conceber e

implementar ações que reforçam os valores da Democracia, Direitos Humanos e Liberdade de Expressão. (2009- hoje)

2010 – Ivan Seixas, então vice-presidente do Núcleo Memória e membro do Conselho da Defesa da Pessoa Humana (Condepe), solicita junto ao CONDEPHAAT o tombamento do prédio do antigo DOI-Codi que funcionou na rua Tutóia em São Paulo/SP.

2011 – Fundado o **Comitê Paulista Memória, Verdade e Justiça**. Ao lado de outros comitês estaduais surgiram com objetivo de influenciar os trabalhos da CNV. Chegaram a se configuram como Rede Brasil Memória Verdade e Justiça (RBMVJ) em 2014. (2011 – hoje)

2012 – **Comissão Nacional da Verdade** (2012/2014).

2012 – **Comissão Estadual da Verdade: Rubens Paiva** (2012-2015).

2013 – Assinatura do Termo de Cessão do prédio onde funcionaram as Auditorias Militares de São Paulo para a Sessão São Paulo da Ordem dos Advogados de São Paulo em parceria com o Núcleo de Preservação da Memória Política para transformação cultural do espaço em **Memorial da Luta pela Justiça**. Ano da Primeira Ocupação Cultural no prédio feita pelo Teatro União Popular “Olho Vivo”.

2013 – **Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog** (2013-2014).

2014 – Tombamento pelo CONDEPHAAT do prédio onde funcionou o **DOI-Codi - SP**, após relatoria feita pela historiadora Deborah Neves, ressaltando a relevância histórica e social que o espaço tem para a memória política brasileira.

2014 – **Relatório da Comissão Nacional da Verdade** traz como dados oficiais 436 mortos e desaparecidos no Brasil e 128 em São Paulo. As recomendações apontam para situação de uma democracia ainda pouco consolidada na área dos direitos humanos. Aponta para importância da preservação dos lugares de memória e dos acervos do período da ditadura militar.

2016 - Lançamento da **Campanha Ocupe os Direitos Humanos**.

2017 – **Campanha Publicitária “Ruas da Vergonha” ganha prêmio**. Recebeu o primeiro prêmio na categoria Ação em Via Pública da FIAP (Festival Ibero Americano da Publicidade) em Buenos Aires.

2017 – **Realização da primeira Exposição temporária no futuro Memorial da Luta Pela Justiça: “Vozes da Defesa”**. Realizada em parceria com o Superior Tribunal Militar (STM) e OAB-SP nos meses de agosto a novembro.

ANEXO II - LISTA PRODUÇÕES DO NÚCLEO MEMÓRIA

Artigos

POLITI, Maurice; SEIXAS, Ivan. Os elos que vinculam as vivências encarceradas com as perspectivas de comunicação museológica: o olhar dos ex-presos políticos. In: Memorial da Resistência de São Paulo. **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca, 2009.

POLITI, Maurice; SEIXAS, Ivan. A resistência armada na luta contra a opressão. In: SILVA, Haike R. Kleber da (org). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Cartilhas

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **4º Ato unificado – Ditadura nunca mais: pela transformação das dependências do DOI-Codi em Memorial**. São Paulo, abril/2017.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **40 anos da Guerrilha do Araguaia**.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **A Comissão da Verdade – porque, o que é, o que temos de fazer?**

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA, COALICIÓN INTERNACIONAL DE SÍTIOS DE CONCIÊNCIA. **Antônio Raymundo de Lucena**.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Farid Helou, uma arquitetura da revolução**. 2016

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Marquito – guerrilheiro**

do 1º de maio.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Movimento Revolucionário Tiradentes – A guerrilha operária.**

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA, COALICIÓN INTERNACIONAL DE SÍTIOS DE CONCIÊNCIA. **O golpe, a ditadura, o terrorismo de estado.**

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Três vidas de militância: Apolônio, Frati e Grabois** - 100 anos. São Paulo, set/2012.

Livros (apoios e realizações)

BRITO, Ana Paula. **Escrachos aos torturadores da ditadura.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BRITO, Ana Paula (org.). **Memorial da Luta pela Justiça: histórico da retomada do prédio e resultados preliminares do projeto de implantação.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. **Virgílio Gomes da Silva – de retirante a guerrilheiro.** São Paulo: Plena Editorial, 2009.

POLITI, Maurice. **Resistência atrás das grades.** São Paulo: Plena Editorial, 2009.

Vídeos

FÓRUM DE EX-PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO / NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Memorial da Resistência de São Paulo.** São Paulo, 2009. (vídeo institucional)

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Projeto: “Ocupe os Direitos Humanos”.** São Paulo, 2016. (vídeo de intervenção) Entrevistados: Anivaldo Padilha, Douglas Belchior, Franklin Felix, Gianfranco Graziola, Ivan Seixas, Jacqueline Sinhoretto, Leonardo Duarte, Luis Nassif, Sônia Coelho.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Projeto Cine Bijou – cinema e memória.** 3ª ed. 2013. (vídeo institucional)

Documentário (co-realização com TVT – TV dos Trabalhadores)

ALÍPIO FREIRE. **1964 – Um golpe contra o Brasil.** São Paulo, 2013.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

POLITI, Maurice. **Núcleo de Preservação da Memória Política e as lutas por direitos humanos, verdade, memória e justiça no Brasil.** Entrevista concedida a Oswaldo Santos Junior e Paula Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política, São Bernardo do Campo, 29/09/2017.

MARTINELLI, Raphael. **Núcleo de Preservação da Memória Política e as lutas por direitos humanos, verdade, memória e justiça no Brasil.** Entrevista concedida a Oswaldo Santos Junior e Paula Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política, São Bernardo do Campo, 29/09/2017.

SEIXAS, Ivan Akselrud de. **Núcleo de Preservação da Memória Política e as lutas por direitos humanos, verdade, memória e justiça no Brasil.** Entrevista concedida a Paula Salles e Oswaldo Santos Junior. Núcleo de Preservação da Memória Política, São Bernardo do Campo, 06/10/2017.

DOCUMENTOS

FÓRUM DOS EX- PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Atividades do Fórum a partir de maio a dezembro de 2008.** 3p.

FÓRUM DOS EX- PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução Executiva nº 01/2009 – Criação de Comissão de Trabalho.** Assinado por Raphael Martinelli. 5/02/2009. 1p.

FÓRUM DOS EX- PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Jornal do Fórum dos Ex-presos e perseguidos políticos do estado de São Paulo.** 1º trimestre de 2008.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Programações Sábados**

Resistentes (2009-2017). Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=41&c=75&s=0>> Acesso em: outubro/2017.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Apresentação e Metodologia do Programa Lugares da Memória. Setembro de 2016.** Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=debate-teoricos&id=8&mn=60>> Acesso em: novembro/2017

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Ata de fundação.** São Paulo, 25/06/2009.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Uma trajetória de busca por Memória e Verdade – Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo – história e balanço crítico.** Texto escrito por Milton Bellintani e Maurice Politi. 2015. 14p.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Relatórios de atividades. 2014, 2015 e 2016.**

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Folder.** Out/2016.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **Memória em ação. Boletim informativo dos associados do Núcleo Memória.** Edições: mar/2017 (nº1), abril/2017 (nº 2), maio e junho/2017 (nº 3), julho e agosto/2017 (nº 4), setembro/2017 (nº5)

PUBLICAÇÕES

BASTOS, Roberto Gicello. **Estações de ferro: Raphael Martinelli.** Edição independente: São Paulo, 2014. 528p.

BRITO, Ana Paula (org.). **Memorial da Luta pela Justiça: histórico da retomada do prédio e resultados preliminares do projeto de implantação.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. **4º Ato unificado – Ditadura nunca mais: pela transformação das dependências do DOI-**

Codi em Memorial. São Paulo: Núcleo Memória, 01/abril/2017. (cartilha, 8p.)

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Conquistas e Desafios.** São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura, 2016.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Memorial da Resistência de São Paulo.** São Paulo: Pinacoteca, 2009.

POLITI, Maurice. **Resistência atrás das grades.** São Paulo: Plena Editorial, 2009.207p.

PREFEITURA DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo: Relatório.** Dez/2016. Vol 1 e vol 2.

PREFEITURA DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA; MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Memórias Resistentes, Memórias Residentes. Lugares de Memória da Ditadura Civil-Militar no Município de São Paulo.** São Paulo, 2014.

SITES

<https://www.nucleomemoria.org/>

<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/>

<http://www.oabsp.org.br/memorial>

<https://www.ruasdavergonha.org/>

<http://sitiosdememoria.org/pt/>

<http://www.sitesofconscience.org/pt/inicio-2/>

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA

Diretor Administrativo

MAURICE POLITI

Diretor Financeiro

OSWALDO DE OLIVEIRA SANTOS JUNIOR

Diretora de comunicação, Ações Educativas e Culturais - licenciada

ANA PAULA BRITO

Conselho de Administração

AIRTON ESTEVENS SOARES

ANIVALDO PEREIRA PADILHA

ELZAFERREIRA LOBO

INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES

IVAN AKSEL RUD DE SEIXAS

MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES

PAULO DE TARSO VANNUCHI

RAPHAEL MARTINELLI

Conselho Fiscal

CARLOS LICHTSZTEJN

EDMUR GOMES ALVES

GERALDO JORGE SARDINHA

PROJETO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Coordenador

OSWALDO DE OLIVEIRA SANTOS JUNIOR

Pesquisadora

PAULA RIBEIRO SALLES

Estagiário

BRUNO INOCENCIO

Comunicação

GABRIELA BERALDO

Entrevistas

Direção e Produção

JOSÉ LUIZ OLMOS DE ARAUJO

Câmeras e Som direto

ANDERSON SANTANA DOMINGUES

ANDRÉ PAULO DE OLIVEIRA

DANILO CORREA DE OLIVEIRA

EDSON HARADA

VINÍCIUS ANDRADE

ZILMAR RUIZ FALCÃO

Vinheta de abertura

ERNESTO SATUCHENGO JÚNIOR

Pós-produção

GUILHERME BRAVO ALVES

CONTATO

Endereço: Av. Brigadeiro Luis Antônio, 2050

Bloco B – conj. 141 – CEP: 01318-912

São Paulo/SP/ Brasil

Tel: + 55 11 2306 – 4801

Email: contato@nucleomemoria.org

Site: www.nucleomemoria.org/

Facebook: Núcleo Preservação da Memória

Twitter: [@nucleomemoria](https://twitter.com/nucleomemoria)

O Núcleo de Preservação da Memória Política no Brasil tem se mostrado uma entidade comprometida com a difusão da memória histórica e com a defesa dos Direitos Humanos. Realiza inúmeras ações educativas e culturais, principalmente entre os mais jovens, com objetivo de promover a cidadania e o conhecimento do período de trevas vivido pelos resistentes durante os anos de ditadura. O Núcleo Memória tem atuado com vigor nos últimos anos propondo à sociedade o estabelecimento de mais lugares de Memória em São Paulo/SP. O papel do Núcleo no pedido de tombamento do prédio que abrigou o DOI-Codi na rua Tutóia, as gestões feitas pela cessão do edifício onde funcionaram as Auditorias Militares para a sua conversão no futuro Memorial da Luta pela Justiça , e também sua consolidada parceria com o Memorial da Resistência de São Paulo, evidenciam o compromisso dos diretores e do Conselho Administrativo do Núcleo para que a História seja concebida como ferramenta na construção e consolidação da Democracia.

Paulo Vannuchi (cientista político, membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos)

